



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 90/2023**

(Processo Administrativo nº 23091.019761/2023-37)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 **Registro de preços** para contratação de serviços especializados na manutenção, inspeção e testes nos sistemas de combate a incêndio dos campi da UFERSA nas cidades de Mossoró, Caraúbas, Angicos e Pau dos Ferros, bem como toda e qualquer edificação sob a responsabilidade da UFERSA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO			
ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR ESTIMADO (R\$)
01	220090	Fornecimento de insumos para sistemas de combate a incêndio	R\$ 217.058,90
02	3662	Serviços de manutenção, inspeção e testes nos sistemas de combate a incêndio	R\$ 182.927,73
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 399.986,63

**NOTA: A proposta final do licitante deverá ser elaborada conforme Apêndice III (Custos unitários do valor previsto para a contratação), devendo ser observado o VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL, “por subitem”.**

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista o exposto no Estudo Técnico Preliminar;

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 24529265000140-0-000001/2023;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 279 e 280;
- IV) Classe/Grupo: 871 - Serviços de manutenção e reparo de produtos fabricados de metal, maquinaria e equipamentos / 4210 - Equipamentos para combate a incêndio;
- V) Identificador da Futura Contratação: 153033-90063/2023.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Plano de Logística Sustentável vigente da Ufersa.

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, a qual, segundo opção do contratado, poderá ser prestada nas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.4. **O contratado será notificado, antes da assinatura do contrato, para manifestar sua opção pela modalidade da garantia.**

4.4.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o contrato somente poderá ser assinado depois que a parte adjudicatária apresentar a apólice do seguro-garantia, em sua devida forma e contemplando todas as

exigências constantes nas cláusulas da minuta do contrato, o que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

4.10.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação do seguro-garantia constitui infração grave, passível das sanções previstas no **Termo de Contrato**, isoladas ou cumulativamente.

4.10.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação do seguro-garantia autoriza a Administração, a seu critério:

a) a conceder novo prazo ao adjudicatário para a apresentação da garantia, sem prejuízo da aplicação de penalidade pelo atraso já ocorrido;

b) a celebrar o contrato com o próximo classificado na licitação, sem prejuízo da aplicação de penalidade pelo atraso já ocorrido.

4.4.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços visto os custos adicionais de logística que influenciam no dimensionamento dos valores dos itens de recarga de extintores, os quais a empresa precisará fazer a retirada/entrega do material in loco.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato;

5.2. Os serviços serão realizados conforme definido pelo Gestor do contrato, designado pela UFERSA.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.3.1. UFERSA. Avenida Francisco Mota, 572, Costa e Silva - **Mossoró/RN** | CEP: 59.625-900.

5.3.2. UFERSA. Rua Gamaliel Martins Bezerra, 587, Alto da Alegria - **Angicos/RN** | CEP: 59.515-000.

5.3.3. UFERSA. RN 233, KM 01, Sítio Esperança II, Zona Rural - **Caraúbas/RN** | CEP: 59.780-000.

5.3.4. UFERSA. BR 226, KM 405, Bairro São Geraldo - **Pau dos Ferros/RN** | CEP: 59.900-000.

5.3.5. UFERSA. Av. Prefeito Crisanto Jordão de Moraes, s/n - **Serra de São Bento/RN** | CEP: 59.324-000.

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, salvo exceções a serem definidas em comum acordo entre Gestor do contrato e a Contratada.

### Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.5.1. Os serviços serão realizados conforme definido pelo Gestor do contrato, designado pela UFERSA.

### Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer todas as ferramentas necessárias para o perfeito atendimento das demandas da UFERSA no escopo da área do serviço a ser contratado, promovendo, quando requerido, sua substituição. As ferramentas deverão estar disponíveis desde o primeiro dia de vigência contratual.

### Uniformes e EPIs

5.7. A contratada disponibilizará EPIs necessários ao bom desempenho das atividades, de acordo com a legislação aplicável. Os uniformes e EPIs a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados, desde o primeiro dia de vigência contratual, deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

## **Transporte**

5.8. A entrega das peças e prestação dos serviços solicitados deve ser no local indicado pela contratante com o ônus dos custos de logística (transporte, carregamento, etc.) à contratada. Principalmente no que diz respeito à retirada/entrega de materiais tais quais os extintores.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.2. Os extintores estão distribuídos em múltiplos prédios, de forma que a empresa contratada deve dimensionar seus custos de forma compatível com a logística necessária para a coleta e entrega desse material durante as operações de recarga.

5.8.3. É de se observar a necessidade de que a empresa contratada disponha de técnico de segurança do trabalho para realizar a prestação dos serviços contratados. O escopo principal dos serviços a serem executados pelo técnico em segurança do trabalho, mas não exclusivo, é:

- I) Participar da elaboração e implementação de política de segurança do trabalho, sobretudo na implantação e elaboração do PAE – Plano de Atendimento a Emergências;
- II) Realizar diagnóstico por meio de inspeções e aplicação de checklist detalhados em relatórios dos sistemas de segurança contra incêndio da instituição fazendo levantamento dos equipamentos, sinalizações e equipamentos nas edificações que apresentem desacordo com as condições para uso predefinidas na legislação;
- III) Identificar variáveis de controle dos sistemas de prevenção, proteção e combate a incêndio e emergências;
- IV) Desenvolver ações educativas na área de segurança contra incêndio, especificamente treinamentos utilizando extintores e hidrantes, aproveitando as operações relacionadas à manutenção destes;
- V) Participar da adoção de tecnologias e processos de trabalho;
- VI) Investigar, analisar acidentes com sinistros relacionados a incêndios e recomendar medidas de prevenção e controle;
- VII) Acompanhar o andamento e execução dos serviços solicitados pela contratante para garantir qualidade e eficiência;
- VIII) Acompanhamento dos processos de aprovação de projetos de combate a incêndio junto ao corpo de bombeiros;

IX) Executar a substituição e/ou instalação de peças relativas aos sistemas de combate a incêndio ou áreas correlatas;

X) Elaborar relatórios técnicos diários dos serviços e testes executados seguindo o padrão determinado pela UFERSA sempre que solicitado pelo(s) fiscal(is) do contrato.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período **das 07h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira**.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Apêndice II**.



7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos **no Apêndice II.**

#### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual** ou **Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.23. Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação (§ 4º, do art. 69, da Lei nº 14.133, de 2021).**

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**



8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços com as seguintes quantidades e características mínimas:

I) Prestação de serviço de 200 (duzentas) recargas para extintor;

II) Prestação de serviço de 100 (cem) testes hidrostáticos em extintores;

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. A empresa deverá ter certificado para inspeção técnica e manutenção de extintor de incêndio expedido por organismo de certificação de produto acreditado pelo INMETRO, em conformidade com a Portaria nº 206, de 16 de maio de 2011.

8.30. A empresa deverá ter comprovação de que os serviços atendem a norma NBR 15808, NBR 15809, NBR 12962, NBR 13243 e NBR 13485.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 399.986,63 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do apêndice III.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.3. A indicação de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de instrumento hábil (art. 17 do Decreto nº 11.462, de 2023).

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Disponível em PDF)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

**1. DA DEFINIÇÃO**

1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
2. Este anexo é parte indissociável do(s) Contrato(s) firmado(s) a partir deste Edital de Pregão Eletrônico da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA.
3. A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto neste Anexo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
  - i. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - ii. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
  - iii. Descumprir obrigações contratuais e legais;
  - iv. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
5. O preposto da contratada poderá solicitar ao fiscal do contrato a avaliação de nível dos serviços;
6. O preposto da contratada deverá apor assinatura na avaliação de nível dos serviços, tomando ciência da avaliação realizada;
7. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
9. É vedada a atribuição à contratada para a realização da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados;
10. O fiscal do contrato poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO**

2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 09 (nove) indicadores de qualidade: prazo de atendimento aos chamados (Mossoró/RN), prazo de atendimento aos chamados (Caraúbas/RN), prazo de atendimento aos chamados (Angicos/RN), prazo de atendimento aos chamados (Pau dos Ferros/RN), prazo para fornecimento de peças, uso do uniforme e uso de EPIs.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem).

2.2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 01: Prazo de atendimento aos chamados (Mossoró/RN)</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir uma prestação do serviço com celeridade e qualidade.
Meta a cumprir	Atender as demandas de serviços, no prazo de até 24 horas, após a solicitação do fiscal.
Instrumento de medição	Cumprimento da meta estipulada.
Forma de acompanhamento	Conferência do prazo de atendimento por parte do fiscal do contrato.
Periodicidade	Por Chamado – com apuração mensal.
Mecanismo de Cálculo	Resolução definitiva do chamado dentro do prazo.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 08 pontos - 02 ocorrências = 05 pontos - 03 ocorrências = 02 pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 02: Prazo de atendimento aos chamados (Angicos/RN)</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir uma prestação do serviço com celeridade e qualidade.
Meta a cumprir	Atender as demandas de serviços, no prazo de até 24 horas, após a solicitação do fiscal.
Instrumento de medição	Cumprimento da meta estipulada.
Forma de acompanhamento	Conferência do prazo de atendimento por parte do fiscal do contrato.
Periodicidade	Por Chamado – com apuração mensal.
Mecanismo de Cálculo	Resolução definitiva do chamado dentro do prazo.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 08 pontos - 02 ocorrências = 05 pontos - 03 ocorrências = 02 pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 03: Prazo de atendimento aos chamados (Caraúbas/RN)</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir uma prestação do serviço com celeridade e qualidade.
Meta a cumprir	Atender as demandas de serviços, no prazo de até 24 horas, após a solicitação do fiscal.
Instrumento de medição	Cumprimento da meta estipulada.
Forma de acompanhamento	Conferência do prazo de atendimento por parte do fiscal do contrato.
Periodicidade	Por Chamado – com apuração mensal.
Mecanismo de Cálculo	Resolução definitiva do chamado dentro do prazo.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 08 pontos - 02 ocorrências = 05 pontos - 03 ocorrências = 02 pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 04: Prazo de atendimento aos chamados (Pau dos Ferros/RN)</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir uma prestação do serviço com celeridade e qualidade.
Meta a cumprir	Atender as demandas de serviços, no prazo de até 24 horas, após a solicitação do fiscal.
Instrumento de medição	Cumprimento da meta estipulada.
Forma de acompanhamento	Conferência do prazo de atendimento por parte do fiscal do contrato.
Periodicidade	Por Chamado – com apuração mensal.
Mecanismo de Cálculo	Resolução definitiva do chamado dentro do prazo.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 08 pontos - 02 ocorrências = 05 pontos - 03 ocorrências = 02 pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 05: Prazo de atendimento aos chamados (outras edificações)</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir uma prestação do serviço com celeridade e qualidade.
Meta a cumprir	Atender as demandas de serviços, no prazo de até 24 horas, após a solicitação do fiscal.
Instrumento de medição	Cumprimento da meta estipulada.
Forma de acompanhamento	Conferência do prazo de atendimento por parte do fiscal do contrato.
Periodicidade	Por Chamado – com apuração mensal.
Mecanismo de Cálculo	Resolução definitiva do chamado dentro do prazo.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 08 pontos - 02 ocorrências = 05 pontos - 03 ocorrências = 02 pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 06: Prazo para fornecimento de peças</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir uma prestação do serviço com celeridade e qualidade.
Meta a cumprir	Fornecer as peças que serão utilizadas na prestação dos serviços que trata este Termo de Referência, no prazo de até 5 dias úteis (quando a aquisição da peça (s) for dentro do Estado do RN) e de até 15 dias úteis (quando a aquisição da peça (s) for fora do Estado do RN), contados a partir da constatação da necessidade apresentada pela contratada e após ciência formal por parte do fiscal.
Instrumento de medição	Cumprimento da meta estipulada.
Forma de acompanhamento	Conferência do prazo de atendimento por parte do fiscal do contrato
Periodicidade	Por necessidade de reparo nos equipamentos – com apuração mensal.
Mecanismo de Cálculo	Resolução definitiva do fornecimento da peça dentro do prazo.
Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 08 pontos - 02 ocorrências = 05 pontos - 03 ocorrências = 02 pontos - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 07: Uso do Uniforme</b>	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas quanto ao fornecimento e uso dos uniformes.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de Registros.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço:
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 05 pontos - 02 ocorrências = 02 pontos - 03 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

<b>Indicador</b>	
<b>Nº 08: Uso de EPIs</b>	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas quanto ao fornecimento e uso dos EPIs.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de Registros.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço:
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências = 10 pontos - 01 ocorrência = 05 pontos - 02 ocorrências = 02 pontos - 03 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2



Indicador	
Nº 09: Entrega de relatórios diários	
Item	Descrição
Finalidade	Verificar diariamente os serviços que estão sendo executados.
Meta a cumprir	Cumprir obrigações contratuais
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pelo Fiscal do Contrato através de Registros.
Periodicidade	Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	- Sem ocorrências: 20 pontos - 01 ocorrência = 18 pontos - 02 ocorrências = 15 pontos - 03 ocorrências = 10 pontos - 04 ocorrências = 05 pontos - 05 ou mais ocorrências = 00 ponto
Sanções	Ver item 3.2

#### FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.
2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, sendo que os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de Pontuação de qualidade de serviço	Pagamento Devido	Fator de Ajuste do Instrumento de Medição de Resultado
De 91 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 81 a 90 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 71 a 80 ponto	95% do valor previsto	0,95
De 61 a 70 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 51 a 60 pontos	85% do valor previsto	0,85
Abaixo de 51 pontos	80% do valor previsto	0,80
Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]		

3. A avaliação abaixo de 51 pontos por 03 (três) vezes poderá motivar aplicação de sanções conforme instrumento contratual deste edital, a exemplo de multa e/ou a rescisão do Contrato.
4. O ajustamento do pagamento de acordo com a pontuação obtida no IMR, não impede a contratante aplicar as sanções previstas no Edital e seus respectivas anexos.

#### 4. CHECK LIST PARA AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Pontuação
1) Prazo de atendimento aos chamados (Mossoró/RN)	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	08 pontos	
	02 ocorrências	05 pontos	
	03 ocorrências	02 pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 ponto	
2) Prazo de atendimento aos chamados (Angicos/RN)	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	08 pontos	
	02 ocorrências	05 pontos	
	03 ocorrências	02 pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 ponto	
3) Prazo de atendimento aos chamados (Caraúbas/RN)	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	08 pontos	
	02 ocorrências	05 pontos	
	03 ocorrências	02 pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 ponto	
4) Prazo de atendimento aos chamados (Pau dos Ferros/RN)	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	08 pontos	
	02 ocorrências	05 pontos	
	03 ocorrências	02 pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 ponto	
5) Prazo de atendimento aos chamados (outras edificações)	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	08 pontos	
	02 ocorrências	05 pontos	
	03 ocorrências	02 pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 ponto	
6) Prazo para fornecimento de peças	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	08 pontos	
	02 ocorrências	05 pontos	
	03 ocorrências	02 pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 ponto	
7) Uso do Uniforme	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	05 pontos	
	02 ocorrências	02 pontos	
	03 ou mais ocorrências	00 ponto	
8) Uso de EPIs	Sem ocorrências	10 pontos	
	01 ocorrência	05 pontos	
	02 ou mais ocorrências	00 ponto	
9) Entrega de relatórios diários	Sem ocorrências	20 pontos	
	01 ocorrência	18 pontos	
	02 ocorrências	15 pontos	
	03 ocorrências	10 pontos	
	04 ocorrências	05 pontos	
	05 ou mais ocorrências	00 ponto	

Pontuação Total do Serviço: \_\_\_\_\_ Valor do desconto: R\$ \_\_\_\_\_

Período da Avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declaramos ciência:

---

PREPOSTO DA CONTRATANTE

---

PREPOSTO DA CONTRATADA

# APÊNDICE III

## CUSTOS UNITÁRIOS DO VALOR PREVISTO PARA A CONTRATAÇÃO

GRUPO	ITEM	CAMPUS	TIPO	SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
ÚNICO	1	TODOS	SERVIÇOS	1.1	SERVIÇO DE PINTURA PARA EXTINTORES	Unid	650	R\$ 18,46	R\$ 11.997,38
				1.2	TESTE HIDROSTÁTICO ALTA PRESSÃO	Unid	150	R\$ 20,92	R\$ 3.137,78
				1.3	TESTE HIDROSTÁTICO BAIXA PRESSÃO	Unid	500	R\$ 13,54	R\$ 6.767,75
				1.4	RECARGA EXTINTOR AP 10 L	Unid	600	R\$ 36,92	R\$ 22.149,00
				1.5	RECARGA EXTINTOR CO2 4KG	Unid	15	R\$ 79,98	R\$ 1.199,74
				1.6	RECARGA EXTINTOR CO2 6KG	Unid	170	R\$ 113,82	R\$ 19.349,61
				1.7	RECARGA PARA EXTINTOR PQS 4KG	Unid	550	R\$ 36,92	R\$ 20.303,25
				1.8	RECARGA PARA EXTINTOR PQS 6KG	Unid	70	R\$ 49,22	R\$ 3.445,40
				1.9	RECARGA PARA EXTINTOR DE PQS 12 KG	Unid	35	R\$ 89,21	R\$ 3.122,39
				1.10	RECARGA PARA EXTINTOR DE PQS 20 KG	Unid	15	R\$ 141,51	R\$ 2.122,61
				1.11	RECARGA PARA EXTINTOR DE PQS 50 KG	Unid	3	R\$ 319,93	R\$ 959,79
				1.12	RECARGA PARA EXTINTOR PÓ ABC 4KG	Unid	50	R\$ 58,45	R\$ 2.922,44
				1.13	RECARGA PARA EXTINTOR PÓ ABC 6KG	Unid	10	R\$ 83,06	R\$ 830,59
				1.14	RECARGA PARA EXTINTOR TIPO "K" 10/12L	Unid	10	R\$ 1.587,35	R\$ 15.873,45
				1.15	COMBATE A INCÊNDIO	H/H	2080	R\$ 33,05	R\$ 68.746,56
			INSUMO	2.1	DIFUSOR PARA EXTINTOR	Unid	100	R\$ 19,69	R\$ 1.968,80
				2.2	KIT APAG PEÇA	Unid	100	R\$ 11,69	R\$ 1.168,98
				2.3	MANGUEIRA AP/PQS	Unid	100	R\$ 21,53	R\$ 2.153,38
				2.4	MANGUEIRA PARA EXTINTOR CO2	Unid	200	R\$ 58,45	R\$ 11.689,75
				2.5	MANOMETRO	Unid	300	R\$ 9,23	R\$ 2.768,63
				2.6	PUNHO	Unid	100	R\$ 9,23	R\$ 922,88
				2.7	QUEBRA JATO	Unid	200	R\$ 13,54	R\$ 2.707,10
				2.8	SIFÃO EM ALUMINIO	Unid	150	R\$ 17,23	R\$ 2.584,05
				2.9	SIFÃO EM PVC	Unid	150	R\$ 11,07	R\$ 1.661,18
				2.10	TRAVA DE SEGURANÇA	Unid	200	R\$ 3,38	R\$ 676,78
				2.11	VALVULA M-30	Unid	100	R\$ 52,30	R\$ 5.229,63
				2.12	VALVULA PARA EXTINTOR	Unid	100	R\$ 104,59	R\$ 10.459,25
				2.13	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	Unid	158	R\$ 628,37	R\$ 99.282,01
				2.14	CHAVE DUPLA PARA CONEXOES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 2 1/2", EM LATAO, PARA INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	Unid	30	R\$ 37,49	R\$ 1.124,80
				2.15	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	Unid	500	R\$ 37,44	R\$ 18.722,06
2.16	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	Unid	50	R\$ 32,37	R\$ 1.618,72				
2.17	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	Unid	120	R\$ 60,36	R\$ 7.242,72				
2.18	ESGUICHO JATO REGULAVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RAPIDO 1 1/2", PARA COMBATE A INCENDIO	Unid	80	R\$ 416,18	R\$ 33.294,38				
2.19	ESGUICHO JATO REGULAVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RAPIDO 2 1/2", PARA COMBATE A INCENDIO	Unid	8	R\$ 506,25	R\$ 4.050,02				
2.20	ADAPTADOR, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", PARA INSTALACAO PREDIAL DE COMBATE A INCENDIO	Unid	30	R\$ 155,25	R\$ 4.657,57				
2.21	PLACA DE SINALIZAÇÃO, FOTOLUMINESCENTE, EM PVC, ROTA DE FUGA, UM	Unid	250	R\$ 12,31	R\$ 3.076,25				
				TOTAL				R\$ 399.986,63	

\*Salvo quando houver valor SINAPI/ORSE. Neste caso, adotou-se o valor de referência SINAPI/ORSE acrescido de BDI de 23,05%